

Assembleia Legislativa do Estado do Acre

LEI N. 1.507, DE 28 DE AGOSTO DE 2003

"Altera a Lei n. 1.373, de 2 de março de 2001, que criou o Instituto de Terras do Acre ITERACRE."

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE

FAÇO SABER: que a Assembléia Legislativa de Estado de Acre decreta e eu sancione a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei n. 1.373, de 2 de março de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica criado o Instituto de Terras do Acre ITERACRE, órgão autárquico dotado de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável SEPLANDS, com sede e foro na capital do Estado e jurisdição em todo o seu território."(NR)

CAPÍTULO II

Da Organização e Estrutura

Art. 4º Compõe a estrutura organizacional básica do ITERACRE:

I Direter Presidente:

II Gerência Técnica; (NR)

III REVOGADO

Procuradoria Jurídica.

§ 3º Ficam criados na estrutura do ITERACRE nove cargos comissionados de gerência e cinco funções de confiança, de acordo com o Capítulo V, Das Disposições Gerais. (NR)

§ 4º O Direter-Presidente será substituído, nos seus impedimentos e afastamentos eventuais, pelo Chefe do Departamento Técnico."(NR)

"Art. 13. Ficam criados na estrutura básica do Instituto de Terras do Acre-ITERACRE os cargos em comissão, identificados pelas siglas e respectivasquantidades:

I um Diretor Presidente DP;

II - um Procurador Jurídico G3:

III - um Gerente de Departamente Técnico - G3;

IV - um Gerente Técnico G2:

V - um Gerente de Cadastro e Documentação G2;

VI - uma Gerência de Recursos Fundiários G1;

VII - um Gerente Administrativo Financeiro e Pessoal G2;

VIII - uma Gerência de Material, Patrimênio e Transportes - G1; e

IX - uma Gerência para Ações no Interior G1. (NR)"

§ 2º A remuneração dos cargos em comissão identificados pelas siglas G1, G2 e G3 corresponderão, respectivamente, aos valores dos cargos em comissão de Gerência-1, Gerência-2 e Gerência-3, previstos no art. 90 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999."(NR)

Art. 14. As Funções de Confiança - FC de que trata e § 3º de art. 4º da presente lei serão escalonadas em três níveis: FC 3, FC 4 e FC 5, nos seguintes quantitativos: 2, 2 e 1, respectivamente, e corresponderão às respectivas remunerações previstas no Parágrafo único do art. 92 da Lei Complementar n. 63, de 13 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Os valores referentes aos cargos em comissão e funções de confiança serão reajustados na mesma data e índices dos cargos em comissão da Administração Direta." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 11 de agosto de 2003, 115º da República, 101º do Tratado de Petrópolis e 42º do Estado do Acre.

JORGE VIANA

Governador do Estado do Acre